

Economia

FERNANDO RIBEIRO/AT



AVIÃO faz manobra no aeroporto de Vitória: decisão deixa claro que licença para edificações precisa ser revogada

Justiça manda parar obras no aeroporto

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região entendeu que a segurança do pouso e da decolagem de aviões precisa ser revista

Luísa Buzin

As obras da nova pista do aeroporto Eurico de Aguiar Salles foram novamente embargadas pela Justiça Federal, sem nem terem começado. Os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF) entenderam, por unanimidade, que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) precisa rever a segurança do pouso e da decolagem de aviões na capital. As obras não podem ser reiniciadas até que o Plano Específico de

Zona de Proteção Aeroportuária “contemple as novas dimensões das pistas e os novos obstáculos no entorno do aeroporto”.

A decisão afirma que houve omissão do Terceiro Comando da Aeronáutica (Comar III) em fiscalizar a segurança das operações aéreas e não ter impedido a construção de prédios, hotéis, hospitais e shoppings que invadem a zona de proteção do aeroporto.

A decisão deixa claro que as licenças à construção do Shopping Mestre Álvaro, do hotel Ibis e da ampliação do Apart Hospital precisam ser revogadas, já que “tomavam como parâmetro Plano Diretor antigo e viciado, que não está mais em vigor (desde 1985) e que não considerava as novas dimensões das pistas”.

O Decea recentemente aprovou novos planos de segurança, mas a decisão dos juizes do TRF especifica que a atualização dos planos

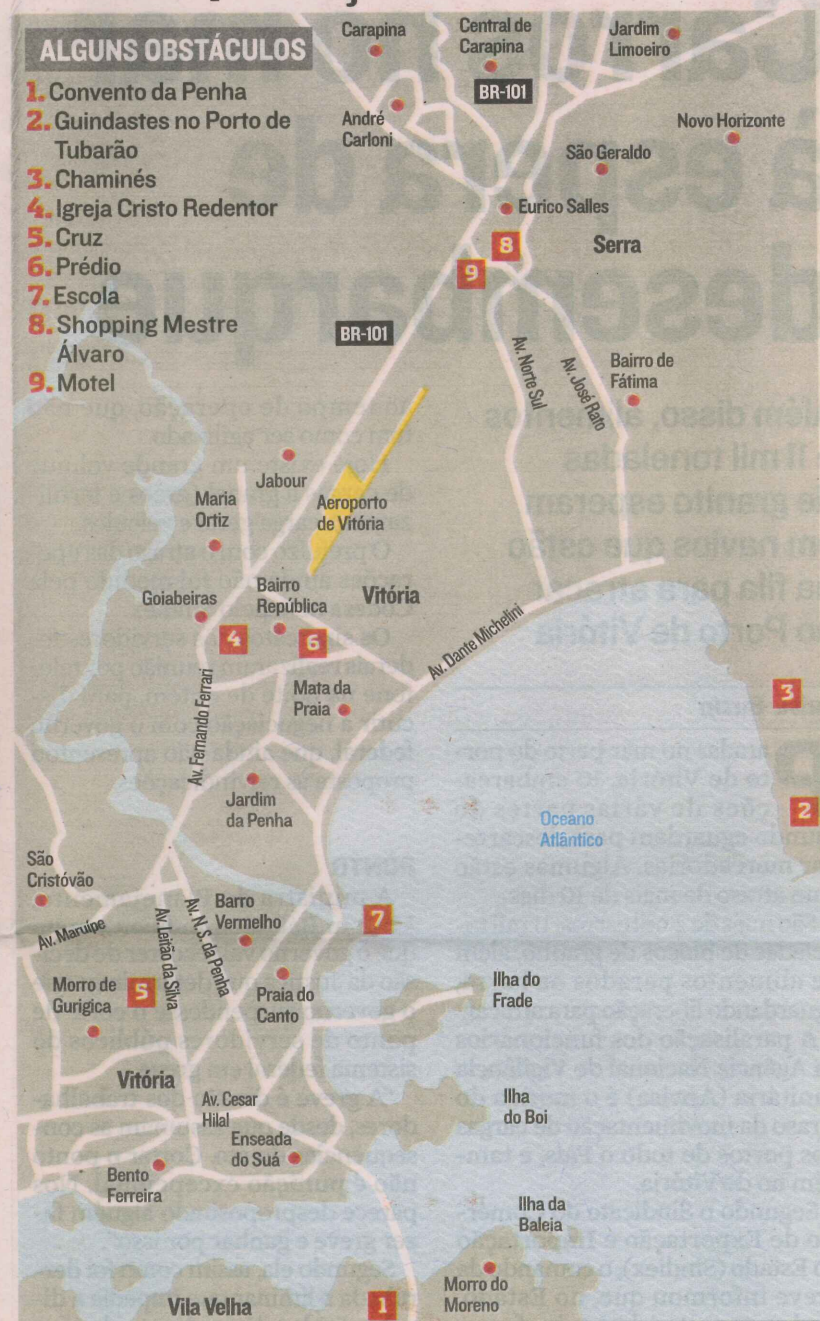
em 2011 não suspende a condenação, e as autorizações concedidas com base nele continuam sendo consideradas ilegais e permanecem suspensas.

O mesmo Decea admite, em ofício ao Ministério Público Federal no Estado, que durante a atualização dos planos detectou a existência de mil “pontos que causam efeito adverso à segurança e à regularidade das operações aéreas”.

Mesmo assim, a Força Aérea Brasileira, que responde pelo Decea e pelo Comar III, não informa quais são esses mil obstáculos nem quais providências vão ser tomadas para a sua retirada, sinalização ou redução da altura de prédios, postes e outras edificações.

Já a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) informou que está “analisando se vai recorrer da sentença, e avalia que o resultado não afeta as obras de ampliação do aeroporto”.

Zona de proteção 2.054 problemas no total



Fonte: Levantamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica (Decea) para conclusão do Plano Específico de Zona de Proteção Aeroportuária do aeroporto.

SAIBA MAIS

Obra já foi paralisada três vezes

Embargo

> **DECISÃO** do colegiado do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região negou recurso da Infraero e embargou novamente as obras de expansão do aeroporto, sem elas nem terem começado.

Histórico

> **ANUNCIADA** em 2004, a obra já foi paralisada três vezes, por problemas burocráticos, suspeitas de superfa-

turamento e falhas na elaboração dos projetos executivos.

Obstáculos

> **O RELATÓRIO** do Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica listou cerca de 1.000 obstáculos, entre casas, prédios e até postes que ficam na Zona de Proteção Aeroportuária do terminal e são um empecilho para os pousos e decolagens na nova pista do aeroporto.